

Tema: Conjuntura Internacional

Título: Em uma época marcada por crises, guerras e revoluções, somente nossa classe com independência política e a estratégia socialista revolucionária pode evitar a catástrofe capitalista

Movimento Nossa Classe

Considerando que:

- 1) A partir da crise de 2008 o capitalismo entrou em uma nova etapa, que o aproxima das suas tendências clássicas, que eram definidas pelos revolucionários como uma época de crises, guerras e revoluções. E mesmo depois de 15 anos vimos eclodir uma nova série de revoltas sociais e com a crise de legitimidade dos regimes políticos nos países centrais, o surgimento de uma extrema direita a nível internacional. Agora, a guerra está de volta ao continente europeu.
- 2) A batalha mais sangrenta da guerra da Ucrânia até agora, em que a cidade Bakmut foi disputada palmo a palmo com um grande número de mortos sem nenhuma virada decisiva na correlação de forças da guerra tem sido comparada às batalhas da primeira guerra. Guardadas todas as diferenças, na longa linha de batalha da fronteira da Rússia com a Ucrânia o sistema capitalista está atualizando suas tendências mais destrutivas. Esse é um sinal de alerta, de que ou acabamos com o sistema capitalista ou ele vai arrastar a humanidade para a barbárie e a guerra imperialista, ameaçando a própria existência do ser humano e do planeta.
- 3) Numa perspectiva histórica, a única forma de barrar essa trajetória catastrófica do capitalismo é com a revolução. A classe trabalhadora tem protagonizado processos muito importantes de lutas nos últimos anos, e é do desenvolvimento desses processos que a classe trabalhadora pode se constituir como sujeito político, o único com força o suficiente para evitar o pior.
- 4) A guerra da Ucrânia se diferencia de todas as guerras que marcaram a etapa anterior da globalização e do domínio indiscutível dos EUA como única superpotência mundial. Novamente voltam a se enfrentar num campo de batalha europeu dois exércitos regulares, com suas trincheiras, artilharia pesada, blindados, com o saldo de dezenas de milhares de mortos e grande destruição de material bélico. A invasão reacionária da Ucrânia pela Rússia, que deve ser rechaçada pela classe trabalhadora, teve como objetivo inicial provocar o rápido desmoronamento do governo Zelensky, mas Putin subestimou o nível de envolvimento que os EUA e a Otan estavam dispostos a sustentar.
- 5) Isso se deve ao fato de que os objetivos envolvidos no conflito vão muito além de uma disputa territorial entre Rússia e Ucrânia. O governo Putin invadiu a Ucrânia e lançou o primeiro desafio militar aberto contra a hegemonia dos EUA. Que por sua vez, através da Otan, usa o povo

Ucraniano como bucha de canhão numa luta por manter sua hegemonia sobre o sistema internacional. Para além do caráter do estado Ucraniano, um pequeno país historicamente oprimido e subordinado pela Rússia ao leste e pela Alemanha a oeste, essa guerra se tornou uma guerra por procuração, com um envolvimento cada vez maior dos EUA e da Otan. Enquanto a Rússia continua através da guerra, uma política de se reafirmar potência militar se impondo sobre os países vizinhos, em detrimento de povos, os EUA e a OTAN continuam sua política de subordinação semi-colonial da Rússia através do sangue ucraniano.

6) A guerra da Ucrânia acelera e agudiza todas as tensões internacionais e se soma às guerras de todo tipo em curso no mundo. E o principal fator que coloca em questão é que vão se configurando cada vez mais blocos que disputam entre si o controle sobre a economia global, que vive uma crise histórica profunda, para além das conjunturas de débil recuperação. O fundo dessas tensões é que, ainda muito distante de poder lançar um desafio aberto ao domínio dos EUA, a China vem dando passos acelerados nessa direção.

7) No marco da crise capitalista vimos diferentes ciclos de intervenção das massas na política em diferentes países de 2008 para cá. A classe trabalhadora, que sim participa ativamente das revoltas, o fez até aqui diluída no povo, ou seja, não interviu nesses processos como sujeito político hegemônico graças a estatização das organizações de massas e o papel das burocracias sindicais que atuam para manter a fragmentação da classe trabalhadora e sua separação dos movimentos sociais e dos setores oprimidos e, dessa forma, as mobilizações não superam um caráter atomizado, em que o povo, os cidadãos, resistem contra o governo de turno, porém sem conseguir desencadear uma contra-ofensiva vitoriosa, ou seja, passar da revolta à revolução.

8) O processo que foi mais longe, e chegou a desencadear processos revolucionários foi a chamada primavera árabe, em especial a grande mobilização no Egito. Ela sem dúvida esteve marcado pelo peso da Praça Tahrir nos processos, mas junto com isso se desenvolvia uma dinâmica de lutas operárias que culminaram no chamado a uma greve geral, que levou à renúncia do ditador. Esse processo foi afogado em sangue, na primeira execução política em massa do século XXI. Um golpe militar sangrento contra o governo da Irmandade Muçulmana, usurpador do processo revolucionário, devolveu o poder ao exército e pôs fim ao primeiro ensaio revolucionário do século XXI.

9) Uma das principais zonas de conflito, onde parte das tensões e disputas geopolíticas se concentram é na regiões do Oriente Médio, onde a histórica resistência do povo palestino se enfrenta mais uma vez contra uma brutal ofensiva do Estado de Israel.

10) A revolta contra a reforma da previdência na França tem uma enorme importância, tanto pelo que representa por si mesma, quanto pela tendência que marca no cenário internacional. Os

protestos contra Macron se destacaram pela sua massividade, pela radicalização da vanguarda e pelos elementos de auto-organização e unidade operária e popular que revelou. Setores de vanguarda, impulsionados também pelo jornal Revolution Permanent, organizaram a Rede pela Greve Geral, buscando transformar em ação a exigência de uma greve geral por tempo indeterminado e construir organismos de democracia direta e auto organização capazes de superar a condução burocrática da mobilização pelas direções sindicais. Se apoiaram na experiência anterior, da coordenação da Ratp-SNCF, do setor de transporte ferroviário, um exemplo embrionário de auto-organização na greve de 2019-20.

11) Apesar de toda essa força, as direções sindicais unificadas num organismo intersindical de todas as centrais dispersaram o movimento em uma série de paralisações isoladas, se negando a construir uma greve geral por tempo indeterminado para derrotar Macron. Nesse contexto, organizações da esquerda como NPA e LO se recusam a criticar a política das direções sindicais, com argumentos diversos, e acabam subordinadas a ela, não oferecendo uma alternativa. Mesmo com a política da burocracia sindical, a crise do regime burguês é profunda na França e a IV República do imperialismo francês passa por uma forte crise de legitimidade e é questionada pelas massas. O que se pode ver agora na enorme revolta dos bairros populares contra um assassinato policial. De forma inicial, a luta de classes na França é um contraponto à reacionária guerra da Ucrânia.

12) O último ciclo de combates de massas na América Latina foi riquíssimo em experiências. A mobilização de massas no Chile em 2019, que teve como ponto alto um exemplo de auto-organização com o “comitê de defesa e resguardo” na região mineira de Antofagasta, feriu profundamente o regime político herdeiro do pinochetismo, que foi obrigado a convocar uma assembleia constituinte limitada e manipulada como forma de desvio e até hoje não conseguiu se concretizar. No Peru, a heroica rebelião popular que sacudiu o país não conseguiu derrotar o governo golpista de Dina Boluarte pela ausência de uma intervenção da classe trabalhadora e sua força capaz de paralisar a produção. Segue sendo uma batalha decisiva para os povos da América do Sul a luta contra esse governo golpista, e uma tarefa fundamental no Brasil, dado o papel reacionário cumprido pelo governo Lula-Alckmin, ao reconhecer legitimidade ao governo golpista e permitir o envio de munição brasileira para abastecer a repressão à revolta popular.

13) A revolta de massas em Jujuy na Argentina, tanto pela proximidade com o Brasil quanto pela dinâmica das forças em ação, tem grande importância. Contra uma reforma constitucional absolutamente autoritária o povo de Jujuy se sublevou, numa aliança profunda entre a classe trabalhadora através dos docentes e os povos originários. A reforma contou com o apoio do peronismo, que governa o país, enquanto o governador da UCR é vice em uma das chapas macristas

que disputam as prévias eleitorais. Em Jujuy é importante o papel que tiveram os parlamentares da esquerda revolucionária, da FIT-U, em particular do PTS, em impulsionar a rebelião de massas, seguindo a tradição do parlamentarismo revolucionário e rompendo com o processo constituinte. Enquanto peronistas acusam macristas de usar Jujuy como laboratório de repressão, Jujuy também é um grande laboratório para a esquerda revolucionária e a possibilidade de uma fusão desta com camadas populares profundas, acrescentando um componente ausente em todos os processos anteriores.

Propomos que a CSP-Conlutas se posicione por:

- 1) A CSP-Conlutas e seus sindicatos se posicionem reconhecendo que a luta dos trabalhadores é uma luta internacional e a luta da classe trabalhadora brasileira deve ser parte da luta dos trabalhadores de todo o mundo contra a exploração capitalista! Pelo Internacionalismo da classe trabalhadora. A classe trabalhadora é uma só e sem fronteiras, e a luta dos trabalhadores de todos os países também é nossa luta! Que a crise seja paga pelos capitalistas! Por uma sociedade sem classes, exploração e opressão! Por um governo de trabalhadores de ruptura com o capitalismo rumo a uma sociedade comunista!
- 2) É necessária uma política de independência de classe que coloque como tarefa dos revolucionários formar um polo contra a guerra na Ucrânia, que apresente a unidade internacional da classe trabalhadora com uma política independente, pela retirada das tropas russas da Ucrânia, contra a ofensiva da OTAN no Leste Europeu e contra o armamento imperialista. Por uma Ucrânia operária e socialista na perspectiva dos Estados Unidos dos Socialistas da Europa.
- 3) Uma ampla campanha contra a repressão e os assassinatos policiais na França, em apoio a revolta dos bairros populares, contra a reforma da previdência e o governo Macron.
- 4) Abaixo o governo golpista de Dina Boluarte. Pelo fim da repressão e das perseguições. Todo apoio a luta do povo peruano
- 5) Apoio incondicional a luta do povo palestino contra a ocupação pelo estado de Israel. Pelo direito de retorno a todos os refugiados palestinos. Pelo fim do estado de Israel e por uma palestina laica, operária e socialista onde todos os povos possam conviver.
- 6) Não à ameaça de nova intervenção militar no Haiti! Fora o imperialismo do Haiti e da América Latina e Caribe! Pelo direito à autodeterminação do povo haitiano! Fora tropas do Brasil e da Monusco (Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo) da República Democrática do Congo!

Assinam a presente tese os seguintes trabalhadores: Marcello "Pablito" Ferreira dos Santos, diretor do SINTUSP; Máira Machado, coordenadora da subseção de Santo André na APEOESP; Flávia Valle, professora da rede estadual de Minas Gerais; Barbara Della Torre, diretora do SINTUSP, trabalhadora do HU e membro do Conselho Universitário da USP; Fernanda Peluci, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Marcella Campos, conselheira estadual da APEOESP; Leandro Lanfredi, petroleiro no Rio de Janeiro; Carolina Cacau, professora da rede estadual no Rio de Janeiro; Felipe Guarnieri, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Valéria Muller, trabalhadora da saúde em Porto Alegre; Flávia Telles, conselheira estadual da APEOESP pela subseção Campinas; Grazieli Rodrigues, professora da rede municipal de São Paulo; Kelber Costa, petroleiro no Rio de Janeiro; Thais Oyola, bancária da Caixa Econômica Federal; Everton Pires, trabalhador rodoviário em Porto Alegre; Livia Tonelli, conselheira estadual da APEOESP pela subseção Campinas; Claudionor Brandão, diretor do SINTUSP; Larissa Ribeiro, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Diego Nunes, professor da rede estadual no RS; Marília Ferreira, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Patricia Galvão, diretora do SINTUSP; Odilon Batista, conselheiro estadual da APEOESP pela subseção Santo André; Sergio Araújo, professor da rede municipal de São Paulo; Danielle Jardim, conselheira estadual da APEOESP pela subseção Campinas; Adriano Favarin Brant, diretor do SINTUSP; Mônica Dias, conselheira estadual da APEOESP pela subseção Santo André; Gonzalo A. Rojas, professor Dr. na UFCG, filiado à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande - ADUFCG); Tatiane Lima, conselheira estadual da APEOESP pela subseção Santo André; Thiago Rodrigues, bancário da Caixa Econômica Federal; Victor Hugo Zorzetto, conselheiro estadual da APEOESP pela subseção Santo André; Victor Bernardes, conselheiro estadual da APEOESP pela subseção Campinas; além de outras dezenas de trabalhadoras e trabalhadores da educação nas esferas da educação básica e do ensino superior, da saúde, dos transportes, bancários, industriais, precários e terceirizados que constroem o Movimento Nossa Classe impulsionado pelo MRT - Movimento Revolucionário de Trabalhadores.

Tema: Conjuntura Nacional

É a conciliação que abre espaço para a extrema direita. Abaixo o arcabouço fiscal de Lula Alckmin, o NEM e o Marco Temporal

Movimento Nossa Classe

Considerando que:

- 1) Após os primeiros 200 dias do governo Lula-Alckmin - um governo de frente ampla que inclui em sua composição setores do capital financeiro, passando pelo próprio PT e chegando ao PSOL -, as burocracias sindicais encasteladas nas direções das grandes centrais sindicais têm em Luiz Marinho da CUT uma representação no governo. Torna-se vital uma política da classe trabalhadora que seja independente do governo e de todas as forças do regime político, levando à frente nos locais de trabalho, estudo e moradia uma política de independência de classe.
- 2) Em um país imerso na precarização do trabalho, o governo Lula/Alckmin passa seus primeiros ataques nacionalmente, como o Arcabouço Fiscal, e preserva grandes interesses burgueses com a Reforma Tributária, mantém seu compromisso com a não revogação das reformas trabalhista, previdenciária, das privatizações e do Novo Ensino Médio, e o regime começa as movimentações para a reforma administrativa. Não só sustenta as bases do avanço da terceirização, como discute formas de regulamentação da uberização que podem consolidá-la como forma de precarização do trabalho. O governo Lula-Alckmin mostra novamente como ao governar para os capitalistas abre espaço para a extrema direita.
- 3) O combate à direita e extrema direita só é possível na luta de classes e com uma política com independência de classe, frente a todas as forças do regime político, e que combata as bases materiais que fortalecem a extrema direita, ao contrário do que faz a conciliação de classes do PT.
- 4) Em 2018 as eleições para presidente no Brasil confirmaram os objetivos do golpe institucional articulado em 2016 contra o governo de Dilma Rousseff. Aplicaram um plano de ajustes ainda mais duro do que o PT já vinha aplicando, com a aprovação da reforma trabalhista que contou com a traição das grandes centrais sindicais a uma paralisação nacional histórica. Com forte protagonismo dos Ministros do STF, dos setores da direita e extrema-direita do Congresso Nacional, das forças mais reacionárias do país como a bancada evangélica, o agronegócio, com as forças armadas intervindo de forma cada vez mais ostensiva na política do país, levando a frente a prisão arbitrária de Lula, colocaram Jair Bolsonaro, o que sempre vociferou contra as mulheres, os negros, os LGBTs e a classe trabalhadora, na presidência.
- 5) As centrais sindicais CUT e CTB e sindicatos dirigidos pelo PT e PCdoB, assim como a Força Sindical e UGT, depois de anos de trégua frente ao governo Bolsonaro, hoje negociam uma

reforma sindical a partir de um pacto que preserve seus privilégios, esteja acompanhado da retomada do financiamento sindical pelo estado - seja pelas mãos do Congresso ou pelas iniciativas que vêm avançando nesse sentido no STF -, e que ao mesmo tempo visa conservar as reformas aprovadas desde o golpe institucional e durante o Governo Bolsonaro. As principais centrais, ao integrarem o governo, defendem os ataques como o Arcabouço Fiscal e abandonaram até o discurso de revogação das reformas, com foco num novo pacto sindical, preservando a exploração dos empresários, buscando submeter os interesses dos trabalhadores aos dos capitalistas.

6) O governo Lula-Alckmin volta a alimentar os mesmos agentes do golpe institucional: o STF, o agronegócio (destinando 340 bilhões para o plano Safra, valor superior ao que próprio Bolsonaro destinava), alianças com o centrão, a conciliação com os militares e impunidade à cúpula golpista, a reforma tributária estendendo as isenções fiscais para as grandes empresas ligadas às igrejas comandadas pela bancada evangélica, em parceria com governadores bolsonaristas, como o reacionário Tarcísio de Freitas em SP ou Romeu Zema em Minas Gerais, os mesmos que o bolsonarismo aventa como seus representantes eleitorais.

7) Bolsonaro se tornou inelegível pelas mãos dos protagonistas do golpe institucional que viabilizou sua eleição, como o STF, enquanto as reformas e militares seguem intactos. No entanto, seguem com uma base social e frações burguesas ao lado de Bolsonaro mesmo com suas alas mais radicais debilitadas e sua força no regime político enfraquecido. Parte do agronegócio vem se mostrando mais fiéis ao bolsonarismo e a recente ofensiva contra o MST, que deve ser repudiada, é parte dessa operação.

8) Na mesma sessão que deixou Bolsonaro inelegível, Braga Netto, seu candidato a vice e representante do generalato que deu sustentação para que a extrema direita continuasse no poder, saiu inocentado. Essa é a cara desse judiciário que agora quer se mostrar como defensor da democracia mas preserva e pactua todos os setores do regime político que foram fundamentais em seu governo. Estes mesmos setores como TSE e o STF de Alexandre de Moraes, que foi parte de avançar com a lei de terceirização irrestrita e julgou contra os direitos dos trabalhadores por aplicativo (além do Congresso Nacional), foram os que tornaram Bolsonaro “elegível” politicamente através de medidas tremendamente arbitrárias. Esses métodos vão se voltar ainda mais contra a classe trabalhadora. Esses mesmos juízes que não foram eleitos por ninguém e recebem salários milionários, foram parte do golpe institucional e todos ataques que vieram com ele, estão a cada greve julgando de forma autoritária e anti sindical nossas lutas, que para eles sempre são ilegais.

9) O chamado novo “arcabouço fiscal”, desenhado e articulado pelo PT, é uma medida neoliberal. Nos governos anteriores do PT, esse partido manteve de pé todo um legado neoliberal de

FHC, mas agora trata-se diretamente de um novo mecanismo de sua própria autoria para garantir o pagamento da dívida pública e que pressiona por ajustes, com a intensidade dependendo do cenário econômico, além de favorecer o avanço das privatizações. Trata-se de um novo Teto dos Gastos que impõe restrições à ampliação dos gastos públicos, garantindo que os aumentos dos investimentos estatais estejam sempre abaixo de eventuais aumentos da arrecadação.

10) Para a aprovação do novo Arcabouço Fiscal, Lula e Haddad contaram com o apoio de Arthur Lira e da maioria do Congresso. A governabilidade do PT e de Lula, acomodada e reformulada em consonância com os novos arranjos que emergiram no cenário político, expressa o movimento à direita no regime político congregando partidos importantes da coalizão governista de Lula e legendas da direita e extrema direita como o União Brasil de Sérgio Moro. Lira, por sua vez, apresenta-se mais enfraquecido comparativamente aos anos de gestão de Bolsonaro.

11) A votação do Marco Temporal no Congresso e a crise com temas ambientais escancaram ainda mais a política de governar para as classes dominantes. Lula promete mundos e fundos para o agronegócio, ao mesmo tempo em que tenta mostrar preocupações ambientais. Junto com isso, o governo liberou sua base para votar a favor do Marco Temporal, tema considerado importante para a bancada ruralista no Congresso, e que envolveu mais de cem parlamentares da base do governo que se posicionaram favoráveis ao Marco Temporal, um ataque histórico aos povos indígenas.

12) A crise orgânica, isto é, a crise de dominação burguesa, segue vigente. Ainda que por efeito reativo dos anos de Bolsonaro, por ora ela segue em estado latente. No entanto, o cenário estratégico do país não permite vislumbrar uma situação de estabilidade estrutural, que pode se romper por fatores econômicos, políticos ou sociais. Aos 10 anos das jornadas de junho de 2013 o PT no governo na época por um lado levou a frente uma repressão histórica contra as massas que estavam nas ruas lutando por direitos, e por outro contaram com a política nas centrais sindicais de separar a classe trabalhadora das manifestações. Hoje eles tentam demonizar junho como se fossem manifestações da extrema direita, uma operação que além de mentirosa serve apenas para defesa do projeto de conciliação de classes e a perpetuação da precarização do trabalho.

13) As greves como a do metrô de São Paulo no início do ano, de trabalhadores da educação em vários estados com destaque para a greve do Rio de Janeiro (fortemente atacada pelo judiciário com corte de ponto e multa milionária), a mobilização nacional das trabalhadoras da enfermagem pelo Piso Salarial, além de outras greves parciais e com motivação econômica, somadas ao rechaço ao Novo Ensino Médio, às mobilizações contra o Marco Temporal e à indisposição ao novo arcabouço fiscal, mostram que também há tensões à esquerda a partir de setores da classe trabalhadora.

14) O PSOL que hoje compõe o governo com a liderança do Ministério dos Povos Originários, além de ter um parlamentar como vice- líder do governo na Câmara de Deputados, cumpre o papel

de cobrir pela esquerda a paralisia das direções do movimento de massas e os ataques em curso, dando seu aval a um governo ajustador. Além de ter comemorado a reforma tributária junto com Tarcísio de Freitas, Romeu Zema, Arthur Lira e a Fiesp. É fundamental que os setores do PSOL que ainda se colocam alguma perspectiva de independência de classe rompam com este partido.

15) A CSP-Conlutas tem definido como centro de sua política a exigência ao governo Lula, um governo burguês de frente ampla. Assim, nas últimas reuniões da Coordenação Nacional, aprovou resoluções sobre a política do governo federal definindo que “Todas essas [medidas aprovadas pelo governo] são medidas muito limitadas e **o papel de nossa central é seguir exigindo do governo que adote medidas mais estruturais**”. Essa política, justificada pelo alto grau de ilusões de setores amplos da nossa classe no governo, tem como resultado justamente fortalecer essas mesmas ilusões, ao contrário de combatê-las, já que se trata de um governo de frente ampla eleito já em base ao compromisso de preservar o legado econômico de ataques do golpe institucional e do governo Bolsonaro, e de governar de acordo com os interesses da grande burguesia, e que portanto o combate às ilusões no governo passa por denunciá-lo abertamente. Exigências pontuais em circunstâncias específicas só podem fazer sentido como desdobramento dessas denúncias, e não como “papel da central” ou eixo articulador de toda sua política.

Propomos que a CSP Conlutas se posicione por:

- 1) Confiar e organizar as forças da classe trabalhadora e dos setores oprimidos para fortalecer a luta através da mais ampla democracia operária, da auto-organização, com independência de classe, para derrotar os ataques do novo governo Lula-Alckmin, enfrentando o legado odioso de Bolsonaro, de sua corja e do golpe institucional.
- 2) Bolsonaro se tornou inegável pelas mãos daqueles que viabilizaram sua eleição, como o STF, o TSE e o Congresso através do golpe institucional. O objetivo segue o mesmo que é o de descarregar a crise capitalista em nossas costas. A conciliação de classe é o que abre caminho para a extrema direita, que só pode ser derrotada com a luta independente. Nenhuma confiança no TSE, no STF ou no Congresso Nacional.
- 3) Um plano de ação para a mobilização da nossa classe junto a todos os setores oprimidos, de forma independente, exigindo das direções majoritárias uma frente única, para barrar o ataques, revogar integralmente as reformas, e impor as necessidades da nossa classe, tal como desenvolvido na tese do Movimento Nossa Classe sobre Plano de lutas.

Assinam a presente tese os seguintes trabalhadores: Marcello "Pablito" Ferreira dos Santos, diretor do SINTUSP; Máira Machado, coordenadora da subseção de Santo André na APEOESP;

Flávia Valle, professora da rede estadual de Minas Gerais; Barbara Della Torre, diretora do SINTUSP, trabalhadora do HU e membro do Conselho Universitário da USP; Fernanda Peluci, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Marcella Campos, conselheira estadual da APEOESP; Leandro Lanfredi, petroleiro no Rio de Janeiro; Carolina Cacao, professora da rede estadual no Rio de Janeiro; Felipe Guarnieri, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Valéria Muller, trabalhadora da saúde em Porto Alegre; Flávia Telles, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Grazieli Rodrigues, professora da rede municipal de São Paulo; Kelber Costa, petroleiro no Rio de Janeiro; Thais Oyola, bancária da Caixa Econômica Federal; Everton Pires, trabalhador rodoviário em Porto Alegre; Livia Tonelli, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Claudionor Brandão, diretor do SINTUSP; Larissa Ribeiro, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Diego Nunes, professor da rede estadual no RS; Marília Ferreira, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Patricia Galvão, diretora do SINTUSP; Odilon Batista, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Sergio Araújo, professor da rede municipal de São Paulo; Danielle Jardim, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Adriano Favarin Brant, diretor do SINTUSP; Mônica Dias, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Gonzalo A. Rojas, professor Dr. na UFCG, filiado à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande - ADUFCG); Tatiane Lima, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Thiago Rodrigues, bancário da Caixa Econômica Federal; Victor Hugo Zorzetto, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Victor Bernardes, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Campinas; além de outras dezenas de trabalhadoras e trabalhadores da educação nas esferas da educação básica e do ensino superior, da saúde, dos transportes, bancários, industriais, precários e terceirizados que constroem o Movimento Nossa Classe impulsionado pelo MRT - Movimento Revolucionário de Trabalhadores.

Tema: Luta contra as Opressões

Título: Pela organização das mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+'s junto à classe trabalhadora para enfrentar toda opressão e exploração com a mobilização independente do governo e dos patrões

Movimento Nossa Classe

Considerando que:

- 1) Nos últimos anos a extrema direita e o governo Bolsonaro atuaram em reação à luta das mulheres, negros e indígenas no Brasil. Destilando todo seu racismo, machismo e LGBTofia, em meio a um fenômeno internacional de luta das mulheres e do povo negro. Vimos o Black Lives Matter e as mulheres iranianas se levantando, as mulheres indianas contra a opressão e violência e as argentinas conquistando a legalização do aborto levantando os pañuelos verdes. É contra esse fenômeno internacional que se colocam os setores mais reacionários, herdeiros da escravidão e da ditadura no Brasil.
- 2) Com a vitória eleitoral, o governo Lula/Alckmin e a Frente Ampla fazem demagogia buscando conter as lutas dos setores oprimidos e canalizar nossas demandas para dentro do regime político carcomido do golpe institucional de 2016 e por dentro sistema capitalista, como se fosse possível resolver as demandas das mulheres, negros, LGBTQIA+ e indígenas conciliando com os mesmos partidos, políticos, empresários e latifundiários que aprovaram as reformas, que atingem principalmente esses setores e que hoje estão juntos pelo arcabouço fiscal e marco temporal;
- 3) O único caminho para enfrentar efetivamente o racismo, a opressão às mulheres e às pessoas LGBTQIA+ é com a luta unificada com a classe trabalhadora e com independência de classe. Pois o capitalismo se desenvolveu e se sustenta sobre essas formas de opressão, para dividir nossa classe, aprofundar a exploração e aumentar os lucros da burguesia. Ao mesmo tempo, mulheres, negras e negros e LGBTs são a maioria da população e também da própria classe trabalhadora brasileira. Portanto, para desenvolver a luta unificada contra a exploração e a opressão, que é uma luta contra o capitalismo, é fundamental que as organizações da classe trabalhadora, como os sindicatos, sejam ferramentas de luta do conjunto dos setores oprimidos, especialmente a partir das posições estratégicas da nossa classe, assumindo realmente a defesa de seus interesses e rompendo com o corporativismo alimentado pela burguesia e pelas burocracias nos sindicatos, buscando constituir uma hegemonia operária no enfrentamento unificado contra o capital.
- 4) O governo aprovou recentemente a Lei 14.611/ 2023, de igualdade salarial entre mulheres e homens, mas é impossível neste país falar em igualdade salarial, quando o governo Lula-Alckmin mantém todas reformas fruto do golpe institucional e do governo de extrema-direita de Bolsonaro,

que atacam sobretudo os direitos das mulheres. A lei da terceirização irrestrita foi legitimada pelo mesmo judiciário que em diversas vezes questionou ou retirou o direito ao aborto de crianças e jovens violentadas e que mantém 40% da população encarcerada sem julgamento, em sua maioria negros, e hoje vemos inúmeros escândalos de trabalho escravo, mostrando que a terceirização abre as portas para a escravização, além de servir para driblar as leis de igualdade salarial com o argumento de que as trabalhadoras terceirizadas não são empregadas das empresas onde trabalham;

5) A imposição da igualdade salarial entre mulheres e homens exige organizar uma luta com independência do governo, que mantém o trabalho precário e todas as reformas. Além disso, é preciso atacar a mais importante fonte de precarização, exploração e desigualdade no país: a terceirização. Neste sentido, a bandeira da efetivação de todos os terceirizados e trabalhadores contratados e precários sem a necessidade de concurso público, aprovada pela CSP-Conlutas no III Congresso em 2017, tem importância ainda mais fundamental e hierárquica na orientação da nossa central;

6) No último período, com o agravamento da crise, se aprofundou ainda mais a miséria e a falta de moradia, um problema de primeira ordem nas grandes cidades, e que vem acompanhada da repressão e dos assassinatos policiais, atingindo em primeiro lugar as negras e negros;

7) Os anos de devastação ambiental de Bolsonaro, em que a boiada do agronegócio e da mineração selvagem passou assassinando indígenas e população ribeirinha, sobretudo no norte do país, escancarou também o avanço paulatino da necessidade de lutar pelo direito dos povos originários e pela questão ambiental, que não podem ser solucionados por dentro deste sistema predatório, por mais que as variantes reformistas e o capitalismo verde digam o oposto;

Propomos:

1) Fortalecer a batalha e a defesa do programa de efetivação de todos os terceirizados, contratados e trabalhadores precários, sem a necessidade de concurso público;

2) Impulsionar a luta independente do governo pela bandeira da igualdade salarial entre mulheres e homens, negros e brancos, que passa necessariamente pela revogação integral de todas as reformas e pela luta contra a terceirização;

3) Defendemos o livre debate de gênero e sexualidade nas escolas, como parte fundamental do direito à educação sexual da juventude. Assim como o acesso a contraceptivos para não engravidar e o direito ao aborto legal, seguro e gratuito para acabar com as mortes de mulheres por abortos clandestinos!

- 4) Fortalecer nos sindicatos dirigidos pela Conlutas as Secretarias de Mulheres, de Negros e LGBTs buscando organizar desde as bases as trabalhadoras efetivas e terceirizadas. Além de batalhar pela implementação e retomada desses organismos pela base nos sindicatos onde setores da CSP Conlutas atuam como parte da oposição, caso não existam ou tenham sido aparelhados pelas burocracias.
- 5) Lutar pelo fim das chacinas e da violência policial! Júri popular, para que os “autos-de-resistência” sejam julgados pelo próprio povo!
- 6) Intensificar a luta contra o Marco Temporal e pela demarcação dos territórios quilombolas e indígenas;
- 7) Lutar pela separação entre Estado e Igreja, fundamental para a liberdade de culto e o fim da perseguição às religiões de matriz africana.
- 8) Em defesa das cotas raciais proporcionais a população negra de cada estado, rumo ao fim do vestibular!
- 9) Por justiça para Marielle e Anderson! Justiça para Moise Kabagambe! Justiça por Dom e Bruno! Por investigações independentes;
- 10) Contra a violência de gênero, por um plano emergencial de combate à violência às mulheres e LGBTs;
- 11) Por creches, lavanderias e restaurantes garantidos pelo Estado!
- 12) Basta de operações policiais nas favelas e periferias, autos de resistência e repressão à juventude! Defendemos o fim da polícia e lutamos pela legalização de todas as drogas!
- 13) Por uma reforma urbana radical, com a expropriação dos imóveis desocupados para diminuir o déficit habitacional e a construção de moradias através de um plano de obras públicas sob controle dos próprios trabalhadores!
- 14) Não à ameaça de nova intervenção militar no Haiti! Fora o imperialismo do Haiti e da América Latina e Caribe! Pelo direito à autodeterminação do povo haitiano! Fora tropas do Brasil e da Monusco (Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo) da República Democrática do Congo!

Assinam a presente tese os seguintes trabalhadores: Marcello "Pablito" Ferreira dos Santos, diretor do SINTUSP; Maíra Machado, coordenadora da subsele de Santo André na APEOESP; Flávia Valle, professora da rede estadual de Minas Gerais; Barbara Della Torre, diretora do SINTUSP, trabalhadora do HU e membro do Conselho Universitário da USP; Fernanda Peluci, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Marcella Campos, conselheira estadual da APEOESP; Leandro Lanfredi, petroleiro no Rio de Janeiro; Carolina Cacau, professora da rede

estadual no Rio de Janeiro; Felipe Guarnieri, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Valéria Muller, trabalhadora da saúde em Porto Alegre; Flávia Telles, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Grazieli Rodrigues, professora da rede municipal de São Paulo; Kelber Costa, petroleiro no Rio de Janeiro; Thais Oyola, bancária da Caixa Econômica Federal; Everton Pires, trabalhador rodoviário em Porto Alegre; Livia Tonelli, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Claudionor Brandão, diretor do SINTUSP; Larissa Ribeiro, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Diego Nunes, professor da rede estadual no RS; Marília Ferreira, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Patricia Galvão, diretora do SINTUSP; Odilon Batista, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Sergio Araújo, professor da rede municipal de São Paulo; Danielle Jardim, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Adriano Favarin Brant, diretor do SINTUSP; Mônica Dias, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Gonzalo A. Rojas, professor Dr. na UFCG, filiado à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande - ADUFCG); Tatiane Lima, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Thiago Rodrigues, bancário da Caixa Econômica Federal; Victor Hugo Zorzetto, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Victor Bernardes, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Campinas; além de outras dezenas de trabalhadoras e trabalhadores da educação nas esferas da educação básica e do ensino superior, da saúde, dos transportes, bancários, industriais, precários e terceirizados que constroem o Movimento Nossa Classe impulsionado pelo MRT - Movimento Revolucionário de Trabalhadores.

Tema: Estrutura e concepção sindical e organização de base

Título: Contra o pacto da burocracia sindical com o Governo de Frente Ampla! Pela mais ampla democracia operária e independência do Estado nos sindicatos, para que sejam ferramentas da luta revolucionária de toda a classe!

Movimento Nossa Classe

Considerando que:

1) No capitalismo, a fonte dos lucros dos capitalistas é a exploração da força de trabalho dos trabalhadores. Por isso, sempre buscam aumentar a exploração, e diminuir o que pagam pelo trabalho. E por isso os trabalhadores sempre precisam lutar para defender seus salários e direitos. Mas mesmo quando os trabalhadores conseguem vencer, logo os capitalistas buscam arrancar de volta o que tinha acabado de ser conquistado. O que fica de cada uma dessas lutas é o avanço na organização e na consciência dos trabalhadores, de que nossa luta é a de toda a nossa classe, contra a exploração. Nesse sentido, nossa luta é sempre política. Mas a burguesia busca apagar essa verdade, propagando a ideia de que os trabalhadores não devem fazer luta política, e de que os sindicatos devem servir para lutar somente por salários e direitos econômicos, melhores condições no marco da exploração. Para se manter no poder, e conservar a exploração, a burguesia usa as leis, a justiça, o governo, a polícia e a imprensa. Nós trabalhadores também devemos usar tudo o que estiver à nossa disposição para lutar contra toda a exploração, inclusive os sindicatos, que organizam um grande número de trabalhadores. Além disso, os sindicatos também devem servir como um treinamento, uma escola, para os trabalhadores, sobre como tomar decisões, para aprender, enquanto organizamos nossa luta, os princípios para organizar toda a sociedade.

2) Colocamos aqui dois objetivos que defendemos para os sindicatos: ferramentas da luta revolucionária pelo fim de toda exploração e opressão, e escolas para os trabalhadores aprenderem a dirigir essa sociedade sem exploração e opressão. E é por esses dois objetivos que lutamos com todas as forças para que os sindicatos sejam controlados pela mais profunda democracia direta dos trabalhadores; pra que haja a mais ampla liberdade de tendências políticas entre os trabalhadores nos sindicatos; para que não haja nenhum tipo de privilégios para parte dos trabalhadores ou seus dirigentes; para que os sindicatos organizem o conjunto dos trabalhadores, efetivos, ou precários; pela total independência política e financeira dos sindicatos em relação ao Estado, aos governos e instituições burguesas; para que os sindicatos não defendam somente os interesses de uma categoria, mas de todos os setores explorados e oprimidos da população, das mulheres, dos negros, das LGBTs; pelo internacionalismo e solidariedade às lutas dos trabalhadores independentemente da sua nacionalidade. Pois todos esses são princípios necessários, tanto para a luta revolucionária

por uma sociedade sem exploração, quanto para que os trabalhadores se preparem para governar essa sociedade, buscando construir um futuro sem classes e sem nenhuma forma de opressão.

3) Nos sindicatos dirigidos pela CSP-Conlutas e na própria central é necessário lutar pela mais ampla democracia dos trabalhadores e em defesa dos sindicatos e seus lutadores que são perseguidos pela patronal e pelo governo, e ter independência de classe e enfrentar o estado. Portanto, os debates de concepção sindical nunca estão descolados da política. Devemos lutar para que os trabalhadores tenham sua própria democracia para fazer a sua política, para enfrentar os ataques em curso e, inclusive, ir além, enfrentando o Estado e lutando por uma sociedade sem exploração e opressão.

4) Os sindicatos são uma ferramenta fundamental de luta dos trabalhadores e seu reconhecimento pelo Estado ocorre em função de que a classe dominante é obrigada a reconhecer essas ferramentas, mas também como uma forma de controlar a organização da classe trabalhadora através do atrelamento dos sindicatos ao Estado e da burocracia sindical. O governo de Bolsonaro manteve as bases dessa estrutura sindical, e pela direita rompeu o pacto com a burocracia sindical com as mudanças no financiamento sindical. Diante disso, as principais centrais sindicais do país CUT/CTB- Força Sindical- UGT, ao invés de organizar a luta, decidiram por tentar pela via das instituições negociar a manutenção dos seus privilégios e aparatos. Como fizeram em 2017 na aprovação da reforma trabalhista (na negociação pelo Imposto Sindical com Rodrigo Maia), e em 2019 permitindo a aprovação da reforma da previdência em troca da queda da MP 873. A trégua da burocracia sindical com a extrema direita produziu derrotas profundas nos últimos anos, e reafirmam como a política de conciliação do PT é responsável por fortalecer as forças de direita.

5) Prova disso é que o atual o governo de frente ampla de Lula-Alckmin absorve e dá continuidade à agenda econômica da extrema direita, planejando e implementando novos ataques como o Arcabouço Fiscal, colaborando com outros como o Marco Temporal, e mantendo as reformas trabalhista e previdenciária, a ampliação da terceirização e todos os demais ataques dos governo Temer e Bolsonaro. Todas as demais centrais sindicais aderiram ao governo e estão apoiando essa política, desorganizando nossa classe. Seguem isolando e dividindo as lutas em curso. E, principalmente, negociando com o Ministro do Trabalho Luiz Marinho a reforma sindical.

6) Essa reforma sindical nada mais é que a repactuação, com mediação do governo, entre o empresariado e a burocracia sindical. Como forma de conter a luta de classes, estabelecendo limites e parâmetros das concessões econômicas para manter a hegemonia da dominação burguesa. Os GTs promovidos pelo Ministério do Trabalho com as centrais e empresários, buscaram estabelecer uma proposta de Mesa Nacional de Negociação Tripartite, representada pela alta cúpula da burocracia sindical da CUT- Força Sindical- UGT, pelos representantes patronais e pelo governo. Além de

outras centrais como a CTB e CSB estarem nessas negociações, é um absurdo que a Intersindical, dirigida pelo Psol, também participe, como vem fazendo, desse processo. A contrapartida financeira para a burocracia sindical acordar com esse pacto passa fundamentalmente pelo retorno de um novo tipo de contribuição sindical compulsória, que atualmente está em julgamento no STF. O placar está em 3x0, depois de ser devolvido pelo ministro Alexandre de Moraes, que acompanhou o novo entendimento de Gilmar Mendes e Barroso, no que diz respeito à cobrança dos setores não sindicalizados. Cabe a Rosa Weber decidir a retomada. O STF que foi antessala do golpe institucional, da reforma trabalhista e da previdência, agora é protagonista em estabelecer as diretrizes das novas mediações na relação entre capital e trabalho. A reestruturação financeira do aparato da burocracia sindical, será pela via do aprofundamento da relação de tutela com o Estado Capitalista, com uma prática de contenção das lutas para a manutenção da pax burguesa.

7) Diante da necessidade de defesa dos direitos dos trabalhadores que estão sendo brutalmente atacados desde o golpe institucional, e do governo de extrema-direita, é necessário que cada sindicato da CSP-Conlutas se prepare para fazer a diferença na luta de classes e seja um exemplo de combate à burocracia sindical na sua política, mas também na sua organização. A situação da esmagadora maioria dos sindicatos no país leva a uma única conclusão: para resistirmos aos ataques não devemos fomentar nenhum tipo de ilusão no governo de Frente Ampla. Precisamos nos contrapor a esse pacto e retirar os sindicatos das mãos da burocracia, retomando-os para as mãos dos trabalhadores e a construção da CSP-Conlutas deve ser orientada nessa perspectiva. Para isso é fundamental lutar em todos os sindicatos para superar o corporativismo que separa a luta econômica da luta política batalhando para que os sindicatos assumam em suas mãos as demandas de todos os setores oprimidos e sendo porta-vozes de todas as mazelas e sofrimentos da população como um verdadeiro tribuno do povo.

8) É fundamental batalhar pela mais ampla democracia operária nos sindicatos, reafirmar as assembleias como organismos fundamentais da organização dos trabalhadores, bem como todos os espaços que possam dar voz aos trabalhadores. Batalhamos pela proporcionalidade na diretoria dos sindicatos para que todas as posições políticas possam se expressar e defendemos a rotatividade de todos os cargos sindicais, e principalmente dos cargos com liberação sindical do trabalho, como forma de combater a burocratização dos dirigentes sindicais. Consideramos que os sindicatos da CSP-Conlutas não podem se contentar em organizar uma parcela reduzida das suas categorias, mas batalhar para organizar os setores mais amplos da categoria, incluindo terceirizados e precarizados em geral.

Propomos que:

- 1) Os sindicatos reunidos na CSP-Conlutas devem se organizar a partir de ter as assembleias de base como espaços soberanos onde tudo é decidido, praticando em seus sindicatos a democracia operária que passa por que os dirigentes sindicais se submetam às decisões da base;
- 2) Estimular nos sindicatos o desenvolvimento de ferramentas de auto-organização dos trabalhadores, em especial no momentos de luta, como os comandos de greves constituídos por delegados eleitos na base e revogáveis, com plenos poderes para decidir os rumos da luta, nos quais a diretoria do sindicato se dissolva se submetendo também à eleição na base;
- 3) Nos sindicatos dirigidos pela CSP-Conlutas se pratique a rotatividade dos dirigentes sindicais liberados combatendo a permanência dos dirigentes afastados por muito tempo afastados de sua base;
- 4) Nos sindicatos dirigidos pela CSP-Conlutas se pratique a proporcionalidade nas diretorias como forma de expressar democraticamente todas as posições políticas;
- 5) Nos sindicatos da CSP-Conlutas se faça prestação das contas regulares em todas as entidades permitindo à base ter controle sobre suas ferramentas de luta;

Assinam a presente tese os seguintes trabalhadores: Marcello "Pablito" Ferreira dos Santos, diretor do SINTUSP; Maíra Machado, coordenadora da subsede de Santo André na APEOESP; Flávia Valle, professora da rede estadual de Minas Gerais; Barbara Della Torre, diretora do SINTUSP, trabalhadora do HU e membro do Conselho Universitário da USP; Fernanda Peluci, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Marcella Campos, conselheira estadual da APEOESP; Leandro Lanfredi, petroleiro no Rio de Janeiro; Carolina Cacau, professora da rede estadual no Rio de Janeiro; Felipe Guarnieri, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Valéria Muller, trabalhadora da saúde em Porto Alegre; Flávia Telles, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Grazieli Rodrigues, professora da rede municipal de São Paulo; Kelber Costa, petroleiro no Rio de Janeiro; Thais Oyola, bancária da Caixa Econômica Federal; Everton Pires, trabalhador rodoviário em Porto Alegre; Livia Tonelli, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Claudionor Brandão, diretor do SINTUSP; Larissa Ribeiro, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Diego Nunes, professor da rede estadual no RS; Marília Ferreira, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Patricia Galvão, diretora do SINTUSP; Odilon Batista, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Sergio Araújo, professor da rede municipal de São Paulo; Danielle Jardini, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Adriano Favarin Brant, diretor do SINTUSP; Mônica Dias, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Gonzalo A. Rojas, professor Dr. na UFCG, filiado à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande -

ADUFCG); Tatiane Lima, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Thiago Rodrigues, bancário da Caixa Econômica Federal; Victor Hugo Zorzetto, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Victor Bernardes, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Campinas; além de outras dezenas de trabalhadoras e trabalhadores da educação nas esferas da educação básica e do ensino superior, da saúde, dos transportes, bancários, industriais, precários e terceirizados que constroem o Movimento Nossa Classe impulsionado pelo MRT - Movimento Revolucionário de Trabalhadores.

Tema: Balanço da central

Título: Fortalecer a CSP-Conlutas como alternativa exige superar os erros da direção, os métodos burocráticos, e ter uma posição realmente independente de todas as variantes burguesas e instituições do regime

Movimento Nossa Classe

- 1) Com todas as demais centrais sindicais tendo entrado no governo de frente ampla de Lula-Alckmin e adotado posições como o abandono da defesa da revogação integral da reforma trabalhista em nome de alinhar-se ao governo em contraposição à defesa de interesses elementares da classe trabalhadora, a CSP-Conlutas é hoje a única central sindical no país com uma posição de independência política frente ao governo federal, o que é um ponto de partida fundamental.
- 2) Além de manter a independência política em relação ao governo, é preciso desenvolver uma política que o desmascare frente aos trabalhadores, e que combata todas as instituições do regime, atravessadas por tendências bonapartistas, como o STF, o congresso e os militares.
- 3) A tarefa de fortalecer a CSP-Conlutas como uma alternativa independente neste momento está contra a corrente predominante no movimento sindical, de adesão ao governo. Mas também enfrenta a necessidade de corrigir os importantes erros da direção da CSP-Conlutas.
- 4) A CSP-Conlutas vem passando por um enfraquecimento no último período, inclusive com a desfiliação de sindicatos importantes, que se baseia em uma política oportunista por trás, como se viu na campanha de desfiliação do ANDES-SN realizada por organizações como a Resistência-PSOL e o PCB, que atua contra a independência das organizações sindicais em relação ao governo Lula-Alckmin, e se vincula à burocracia sindical da CUT/CTB, como se viu em eleições sindicais como da APEOESP. É preciso combater essa política.
- 5) Mas o enfraquecimento da CSP-Conlutas não é produto somente disso, nem se explica meramente pelo peso das ilusões no governo Lula. É fruto também de uma política equivocada. Em primeiro lugar, pesa sobre a CSP-Conlutas a marca de ter tido uma política adaptada ao golpismo da direita burguesa com o golpe institucional de 2016, e à lava-jato e ao bonapartismo judiciário, não somente não combatendo o impeachment, mas diretamente adotando uma política e programa a favor do golpe, com o “Fora Dilma, fora todos”. Esse fator determinante do debilitamento da CSP-Conlutas advém do abandono de uma posição de independência de classe frente a uma ofensiva burguesa. Um erro de responsabilidade em primeiro lugar do PSTU, como organização preponderante na direção majoritária da Conlutas, mas também de outras organizações que participam de sua direção, como a CST e a Unidos/RS-PSOL.

6) Também pesa contra a CSP-Conlutas a condução aparatística historicamente levada adiante pela sua direção, que joga contra a aproximação de novos setores para nossa central, e faz a CSP-Conlutas ser vista como uma organização diretamente atrelada ao PSTU, ao ser usada para promover suas próprias posições. Precisamos que este 5º Congresso seja um marco no sentido de estabelecer um funcionamento mais democrático da central, com mais espaço para a intervenção e expressão de setores e posições minoritárias na central, e com todas as posições e iniciativas da central sendo fruto da discussão democrática entre todos que a constroem, e não uma reprodução da política de sua maioria. Isso é fundamental para que a CSP-Conlutas seja reconhecida como uma organização que possa aglutinar todos os setores que busquem uma alternativa independente do governo Lula em torno da defesa dos interesses fundamentais da nossa classe.

7) É importante batalhar pela coordenação também política das organizações e entidades que se posicionam por uma política e programa de independência de classe, para potencializar o alcance dessas posições contra a conciliação PTista. Neste sentido, o Polo Socialista Revolucionário, que envolveu grande parte das organizações e entidades que constroem a CSP-Conlutas, foi uma experiência importante nesse sentido. Por isso, como viemos debatendo, foi equivocada a posição do PSTU que levou à sua dissolução. Será importante buscar novas iniciativas de coordenação política no próximo período. Em relação a essa tarefa, também consideramos equivocada a posição defendida pela CST, em busca de incluir organizações stalinistas que não sustentam uma política de independência de classe, como a UP e o PCB, e que por isso mesmo vieram se alinhando à burocracia contra a esquerda em sindicatos como a APEOESP e o dos metroviários de SP.

8) A batalha por entidades sindicais com independência política do governo Lula-Alckmin é uma batalha política contra a burocracia sindical. Em vários processos recentes de eleições sindicais esta foi a questão central colocada. Infelizmente, até mesmo a maioria das organizações que constroem a CSP-Conlutas vem tendo uma política no mínimo vacilante nesse terreno. Foi o que vimos no caso da eleição da APEOESP, em que felizmente tivemos uma chapa de oposição combativa, e lamentavelmente a corrente Revolução Socialista-PSOL/Unidos se juntou à burocracia PTista da CUT na Chapa 1, contra a esquerda. E também no caso da eleição do SindUTE-MG, o segundo maior sindicato do país, onde o PSTU se juntou à burocracia da Articulação-PT que dirige o sindicato e vem desviando a luta dos professores, inclusive em processos recentes. Por isso, viemos defendendo na CSP-Conlutas uma orientação nacional por chapas independentes da burocracia sindical, em defesa da independência política do governo.

9) É fundamental batalhar pela construção de uma frente única operária, acordos para a ação comum com as direções majoritárias contra os ataques e em defesa dos interesses da nossa classe. A CSP-Conlutas ao longo dos últimos anos vem oscilando em zigue-zague entre diferentes posturas,

nenhuma das quais corresponde a uma política por uma frente única operária. Nos períodos em que define como política a “unidade”, em nome disso deixa de fazer qualquer denúncia, e até mesmo exigência pública, às direções majoritárias e às maiores centrais sindicais, como vimos durante os anos de governo Bolsonaro. Um exemplo marcante disso foi a chamada “greve geral” contra a reforma da previdência, em 2019 - efetivamente desconstruída e boicotada por todas as maiores centrais sindicais -, depois da qual a CSP-Conlutas não somente não teve uma política de denúncia dessa política criminosa que facilitou a aprovação da reforma, como diretamente publicou um balanço comum com todas as demais centrais sindicais, assinado junto até mesmo com as centrais dirigidas por partidos burgueses, cujo conteúdo era considerar aquela ação um êxito e elogiar a política da burocracia. Já em períodos em que não vê perspectiva de ação comum com as demais centrais, como hoje, somente aí a CSP-Conlutas inclui em seu discurso a denúncia, mas justamente de uma forma estéril que pouco contribui para desmascarar essas direções diante da classe, na medida em que não está acompanhada de uma política séria de exigência, diante da base, por ações concretas em comum em defesa das necessidades dos trabalhadores - que vem sendo substituída por uma política centrada na exigência ao governo, como debatemos abaixo. Ao contrário disso, a tática de frente única operária é fundamental não somente quando é mais provável que se efetivem as ações comuns, mas também quando se trata de mostrar mais claramente diante da base da nossa classe que as direções majoritárias nos dividem e se negam a agir em defesa das suas necessidades mais sentidas; e em todos os casos, mesmo nos que se efetivam as ações em unidade, é imprescindível o exercício da liberdade de crítica, da exigência de que se cumpram os compromissos, e ainda mais da denúncia das capitulações quando eles são rompidos, pois só assim se pode conquistar não somente os objetivos imediatos de uma ação tática, mas o objetivo estratégico de combater as ilusões nessas direções majoritárias e ganhar influência em sua base.

10) A política de frente única operária não pode ser confundida, como vem sendo, com a unidade na ação com organizações burguesas. Ainda que essa possibilidade possa estar excepcionalmente colocada em alguma ação em defesa de questões democráticas, isso tem outro caráter, muito mais pontual, já que a presença de partidos burgueses se coloca abertamente contra a sustentação de qualquer programa de defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, mesmo os mais elementares. Nas discussões na CSP-Conlutas, as organizações que compõem sua direção frequentemente misturam tudo como “unidade de ação”, e usam argumentos como “se podemos atuar junto com a CUT, que defende o governo e uma política burguesa, qual a diferença de atuar com um partido burguês?”, “junto com deus, o mundo e seu Raimundo”, ou “com o diabo e sua avó” - neste caso distorcendo uma expressão usada por Trotsky para defender justamente a frente única operária, a ação comum com organizações operárias reformistas e traidoras, mas não

burguesas, contra os ataques nazistas. Ora, a diferença é aquela entre uma organização sindical que é da nossa classe - mesmo que esteja sob uma direção traidora e defendendo uma política burguesa, e que precisa ser disputada e retomada para o controle da nossa classe -, e uma organização da classe inimiga, um partido burguês, que a ninguém deve ocorrer “disputar” ou “retomar”.

11) No lugar de uma política de exigência pública às direções das organizações operárias reformistas, a CSP-Conlutas tem definido como centro de sua política a exigência ao governo Lula, um governo burguês de frente ampla. Assim, nas últimas reuniões da Coordenação Nacional, aprovou resoluções sobre a política do governo federal definindo que “Todas essas [medidas aprovadas pelo governo] são medidas muito limitadas e **o papel de nossa central é seguir exigindo do governo que adote medidas mais estruturais**”, e apresentando todo o programa imediato da central como uma política para “Exigir do governo Lula/Alckmin o atendimento das pautas da classe trabalhadora”. Essa política, justificada pelo alto grau de ilusões de setores amplos da nossa classe no governo, tem como resultado justamente fortalecer essas ilusões, ao contrário de combatê-las, já que se trata de um governo de frente ampla eleito já em base ao compromisso de preservar as reformas trabalhista, da previdência, do ensino médio, a ampliação da terceirização e todo o legado econômico de ataques do golpe institucional e do governo Bolsonaro, e de governar de acordo com os interesses da grande burguesia, inclusive implementando novos ataques, e que portanto o combate às ilusões no governo passa por denunciá-lo abertamente. Exigências pontuais em circunstâncias específicas só podem fazer sentido como desdobramento dessas denúncias, e não como “papel da central” ou eixo articulador de toda a política da central. Mais do que isso, essa definição de centralidade na exigência ao governo veio atuando contra o desenvolvimento da mobilização contra os ataques do governo. Exemplo disso foi a experiência da luta contra a privatização do Metrô de Belo Horizonte, onde a ilusão de que o governo impediria a privatização e/ou garantiria os empregos, alimentada pela direção CUTista do sindicato, jogou contra a mobilização, e os companheiros do PSTU trabalharam com a consigna “Lula, cancele a privatização do Metrô” ou “Lula, revoga o Novo Ensino Médio” em artigos sem nenhuma palavra de denúncia contra o governo, e inclusive com a exigência de que “Lula cancele o leilão do Metrô de BH, e **garanta um metrô 100% estatal, controlado pelo trabalhadores e os passageiros**”, que dirigida a um governo burguês só pode servir para alimentar ilusões e confundir os trabalhadores. Ao contrário disso, é preciso denunciar o caráter e o papel desse governo, e dirigir nossas exigências públicas centralmente às direções da nossa classe, diretamente diante da base e nos locais de trabalho, pela mobilização independente.

Assinam a presente tese os seguintes trabalhadores: Marcello "Pablito" Ferreira dos Santos, diretor do SINTUSP; Máira Machado, coordenadora da subsede de Santo André na APEOESP; Flávia Valle, professora da rede estadual de Minas Gerais; Barbara Della Torre, diretora do SINTUSP, trabalhadora do HU e membro do Conselho Universitário da USP; Fernanda Peluci, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Marcella Campos, conselheira estadual da APEOESP; Leandro Lanfredi, petroleiro no Rio de Janeiro; Carolina Cacao, professora da rede estadual no Rio de Janeiro; Felipe Guarnieri, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Valéria Muller, trabalhadora da saúde em Porto Alegre; Flávia Telles, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Grazieli Rodrigues, professora da rede municipal de São Paulo; Kelber Costa, petroleiro no Rio de Janeiro; Thais Oyola, bancária da Caixa Econômica Federal; Everton Pires, trabalhador rodoviário em Porto Alegre; Lívia Tonelli, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Claudionor Brandão, diretor do SINTUSP; Larissa Ribeiro, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Diego Nunes, professor da rede estadual no RS; Marília Ferreira, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Patricia Galvão, diretora do SINTUSP; Odilon Batista, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Sergio Araújo, professor da rede municipal de São Paulo; Danielle Jardim, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Adriano Favarin Brant, diretor do SINTUSP; Mônica Dias, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Gonzalo A. Rojas, professor Dr. na UFCG, filiado à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande - ADUFCG); Tatiane Lima, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Thiago Rodrigues, bancário da Caixa Econômica Federal; Victor Hugo Zorzetto, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Victor Bernardes, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Campinas; além de outras dezenas de trabalhadoras e trabalhadores da educação nas esferas da educação básica e do ensino superior, da saúde, dos transportes, bancários, industriais, precários e terceirizados que constroem o Movimento Nossa Classe impulsionado pelo MRT - Movimento Revolucionário de Trabalhadores.

Tema: Plano de lutas

Título: Frente única operária, auto-organização pela base e independência de classe na luta para barrar os ataques, revogar todas as reformas e impor as necessidades da nossa classe e de todos os oprimidos

Movimento Nossa Classe

Considerando:

1) Os fundamentos apresentados nas teses do Movimento Nossa Classe sobre a conjuntura internacional e nacional, sobre a luta contra as opressões, e o balanço de nossa central, e em particular a necessidade de fortalecer a partir da CSP-Conlutas uma alternativa de independência de classe, uma política operária independente do governo de Lula-Alckmin, que o desmascare frente aos trabalhadores, e que combata a política de conciliação de classes que abre espaço para a extrema direita, bem como todas as instituições do regime, atravessadas por tendências bonapartistas, como o STF, o congresso e os militares.

2) Todas as demais centrais sindicais, como CUT, CTB, Força Sindical e UGT, que dirigem grande parte da nossa classe através dos seus sindicatos, aderiram ao governo Lula-Alckmin. Pactuam em defesa de seus próprios interesses como burocracias sindicais, como em relação ao financiamento sindical pelo Estado. E atuam em defesa da política de conciliação com os patrões, em detrimento das necessidades mais elementares da classe trabalhadora, como ao abandonar até mesmo o discurso em defesa da revogação integral da reforma trabalhista. Assim, é fundamental que a CSP-Conlutas seja uma alternativa independente para desmascarar essas direções, na batalha pela mobilização independente e unificada de nossa classe.

3) Nessa batalha também é fundamental que nossa classe avance na constituição de formas de auto-organização, que permitam ao mesmo tempo à base controlar democraticamente os rumos da luta, a unificação da nossa classe para além de cada categoria e a unificação entre nossa classe e os demais setores oprimidos e explorados da sociedade, enfim, que sejam ferramentas para nossa classe atuar como sujeito político independente e desenvolver a hegemonia operária na luta em aliança com os demais setores oprimidos contra o capitalismo. É fundamental que a CSP-Conlutas avance para adotar essa perspectiva e impulsionar medidas de auto-organização nos processos de luta em que essa possibilidade se coloca;

Propomos:

1) Buscar a frente única operária, exigindo das direções das demais centrais e organizações da nossa classe e movimentos populares, publicamente e diante da base, a ação comum em torno de

um plano de luta concreto contra os ataques e em defesa das consignas abaixo, que culmine em uma greve geral, sempre preservando e exercendo a liberdade de crítica para denunciar a atuação conciliadora, oportunista e traidora dessas direções.

2) Barrar o Marco Temporal, em defesa das terras indígenas e no meio ambiente, contra o agronegócio!

3) Contra o Arcabouço Fiscal de Lula-Haddad e do mercado financeiro, que ataca a saúde, educação e demais serviços públicos, e os empregos e salários da nossa classe! Pelo não pagamento da dívida pública!

4) Pela revogação integral das reformas trabalhista, da previdência e do novo ensino médio!

5) Pelo fim da terceirização! Efetivação imediata de todos os trabalhadores terceirizados, sem a necessidade de concurso público! Fortalecer na base a campanha com o Manifesto contra a terceirização e a precarização do trabalho, assinado pela CSP-Conlutas junto a milhares de entidades, intelectuais, parlamentares e ativistas

6) Contra a precarização do trabalho! Pela regulamentação e reconhecimento do vínculo empregatício dos trabalhadores com as empresas de plataformas digitais com todos os direitos trabalhistas

7) Pela revogação de todas as privatizações realizadas nos governos Temer, Bolsonaro, e que seguem agora, tanto pelos governos estaduais, como pelo governo Lula-Alckmin com os Metrô de Belo Horizonte e Recife e unidades da Petrobras, administrados pelo governo federal. Que sejam 100% públicas, sob controle dos trabalhadores, em aliança com a população. Fortalecer com centralidade os processos de mobilização como no Metrô de SP contra as privatizações de Tarcísio.

8) Contra a criminalização dos movimentos sociais, em defesa do direito de lutar, dos dirigentes das lutas presos e perseguidos, em defesa do direito de greve atacado pelo autoritarismo judiciário!

9) Pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito para acabar com as mortes de mulheres por abortos clandestinos! Separação entre Estado e Igreja! Contra a violência de gênero, por um plano emergencial de combate à violência às mulheres e LGBTs;

10) Por uma reforma urbana radical, com a expropriação dos imóveis desocupados para diminuir o déficit habitacional e a construção de moradias através de um plano de obras públicas sob controle dos próprios trabalhadores!

11) Todo apoio à luta nacional das e dos trabalhadores da enfermagem, pelo imediato pagamento do piso salarial barrado pelo STF em 2022, para todos os setores dessa categoria.

12) As inúmeras greves e mobilizações dos trabalhadores da educação, realizadas nacionalmente, denunciam e escancaram a profundidade dos ataques estruturais ao elementar

direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Ataques esses que também transbordam nas ações violentas contras as escolas, seus trabalhadores e estudantes – realidade que vimos crescer em nosso país nos últimos anos. Diante disso defendemos o pleno direito de auto-organização das comunidades escolares, assim como, pelo fim das escolas cívico-militares! Abaixo aos ataques a qualidade da educação das crianças, jovens e adultos e as condições de trabalho dos que atuam no chão da escola, seja através de medidas privatistas e também da implementação precária e antidemocrática das escolas de tempo integral; de um ensino tecnicista precarizado, quando esse se opõe ao livre pensar e ao direito de escolha dos estudantes como acontece através Reforma do Ensino Médio; e de medidas como as novas carreiras que vêm sendo impostas nacionalmente, atropelando direitos históricos conquistados em luta pelos trabalhadores da educação.

Assinam a presente tese os seguintes trabalhadores: Marcello "Pablito" Ferreira dos Santos, diretor do SINTUSP; Maíra Machado, coordenadora da subsede de Santo André na APEOESP; Flávia Valle, professora da rede estadual de Minas Gerais; Barbara Della Torre, diretora do SINTUSP, trabalhadora do HU e membro do Conselho Universitário da USP; Fernanda Peluci, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Marcella Campos, conselheira estadual da APEOESP; Leandro Lanfredi, petroleiro no Rio de Janeiro; Carolina Cacau, professora da rede estadual no Rio de Janeiro; Felipe Guarnieri, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Valéria Muller, trabalhadora da saúde em Porto Alegre; Flávia Telles, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Grazieli Rodrigues, professora da rede municipal de São Paulo; Kelber Costa, petroleiro no Rio de Janeiro; Thais Oyola, bancária da Caixa Econômica Federal; Everton Pires, trabalhador rodoviário em Porto Alegre; Livia Tonelli, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Claudionor Brandão, diretor do SINTUSP; Larissa Ribeiro, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Diego Nunes, professor da rede estadual no RS; Marília Ferreira, diretora do Sindicato dos Metroviários de São Paulo; Patricia Galvão, diretora do SINTUSP; Odilon Batista, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Sergio Araújo, professor da rede municipal de São Paulo; Danielle Jardini, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Campinas; Adriano Favarin Brant, diretor do SINTUSP; Mônica Dias, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Gonzalo A. Rojas, professor Dr. na UFCG, filiado à Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande - ADUFCG); Tatiane Lima, conselheira estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Thiago Rodrigues, bancário da Caixa Econômica Federal; Victor Hugo Zorzetto, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Santo André; Víctor Bernardes, conselheiro estadual da APEOESP pela subsede Campinas; além de outras dezenas de trabalhadoras e trabalhadores da educação nas esferas

da educação básica e do ensino superior, da saúde, dos transportes, bancários, industriais, precários e terceirizados que constroem o Movimento Nossa Classe impulsionado pelo MRT - Movimento Revolucionário de Trabalhadores.